

JOSÉ LUÍS LIMA GARCIA

**IDEOLOGIA E
PROPAGANDA COLONIAL
NO ESTADO NOVO**

Palimage
A Imagem e a Palavra

ÍNDICE

GRÁFICOS E QUADROS	13
Gráficos	13
Quadros	16
PREFÁCIO	17
INTRODUÇÃO	21

PARTE I **O IMPÉRIO PORTUGUÊS: IDEIA E INSTITUIÇÃO**

I

As ideias de Império no contexto Internacional e Nacional

1. O Contexto Internacional	29
1.1. A ideia de Império no discurso liberal da França e da Grã-Bretanha	29
1.2. A ideia de Império no discurso fascista italiano	59
2. O Contexto Nacional	82
2.1. A ideia de Império no discurso da Primeira República	82
2.2. A ideia de Império no discurso do Estado Novo	95

II

A Agência Geral das Colónias/Ultramar no contexto do final da Primeira República e do Estado Novo

1. Fundação e evolução histórica ao longo de meio século (1924-1974)	125
2. Edições e publicações desta Agência de Propaganda Colonial	180

III

Os Periódicos sobre as Colónias/Ultramar durante a vigência da Agência Geral das Colónias/Ultramar (1924/1974)

1. Caracterização dos principais periódicos neste período	211
---	-----

PARTE II
O BOLETIM GERAL DAS COLÓNIAS / BOLETIM GERAL DO ULTRAMAR (1925/1970)

I

História do Boletim

1. Diretores e suas linhas gerais e programáticas	225
2. Evolução e Fases Históricas	254
2.1. O <i>Boletim da Agência Geral das Colónias</i> e a sua ação entre o final da República e o Estado Novo	254

II

Autores e Temáticas do Boletim

1. Temas abordados por colónia: autores e artigos	313
2. Contributos para uma prosopografia dos colaboradores do Boletim	412

III

A(s) Ideia(s) do Império

1. No Registo Oficial	441
1.1. Das Exposições Coloniais	441
1.2. Da Literatura Imperial	471
2. Na História do Império	497
2.1. Baseada em Acontecimentos	497
2.2. Baseada em Personalidades	532

CONCLUSÃO	549
-----------------	-----

FONTES E BIBLIOGRAFIA	555
-----------------------------	-----

I – Fontes Primárias	555
-----------------------------------	-----

1. Fontes Manuscritas	555
-----------------------------	-----

2. Fontes Impressas	555
---------------------------	-----

3. Periódicos	555
---------------------	-----

3.1. Jornais	555
--------------------	-----

3.2. Revistas	556
---------------------	-----

II – BIBLIOGRAFIA	557
--------------------------------	-----

1. Obras de Carácter Geral	557
----------------------------------	-----

2. Obras de Carácter Específico	563
---------------------------------------	-----

APÊNDICE I

Os periódicos sobre as colónias/ultramar durante
a vigência da Agência Geral das Colónias/Ultramar (1924/1974) 573

APÊNDICE II

Lista dos principais colaboradores do *Boletim Geral das Colónias/*
Boletim Geral do Ultramar entre os anos de 1925 e 1970 603

APÊNDICE III

Principal cronologia da Agência Geral das Colónias/
Agência Geral do Ultramar entre os anos de 1924 e 1974 657

ANEXO I

Prêmios literários da Agência Geral das Colónias/
Agência Geral do Ultramar entre os anos de 1926 e 1974 663

ANEXO II

Fotografias do ministério das Colónias/Ultramar e
das sedes da Agência Geral das Colónias/Ultramar (1924-1974) 667

ANEXO III

Capas de *Boletins* entre 1925-1970 669

PREFÁCIO

Quando nos confrontamos com as questões do colonialismo, ou do imperialismo colonialista, ou mesmo só do imperialismo (que julgo sempre supor uma forma de colonialismo em sentido amplo), e necessariamente do racismo ou da xenofobia, há que ter em conta várias vertentes que, muitas vezes, são esquecidas.

Em primeiro lugar, devemos refletir se o colonialismo, por assim dizer «clássico», é exclusivo dos regimes autoritários ou totalitários ou se é também característico dos regimes ditos «democráticos» ou «liberais».

Em segundo lugar, teremos de pensar se o colonialismo e a expansão «colonial» ou dita «ultramarina», variam consoante o tempo em que se manifestam e o lugar em que se verificam.

Depois, entre muitos outros problemas que poderiam aqui ser levantados, há que perguntar – referindo-nos a movimentos que têm tido uma certa repercussão na atualidade – se as posições anti-colonialistas viradas contra os sinais da memória não podem também esconder «atos de contrição» que não resolvem os verdadeiros problemas sociais que o colonialismo terá originado. Por outras palavras, se o «politicamente correto» não pode ser uma maneira de esconder sensibilidades «incorretas».

Como nos parece óbvio, a todas estas questões respondemos positivamente. Mas referindo-nos à última, que hoje aparece (como dissemos) com maior intensidade, perguntamos: será que um anti-colonialismo da memória é a forma «correta» de terminar com a imagem do «colonialismo»? Será que o derrube de estátuas ou a mudança de nome de ruas, ou o apagamento do uso de determinadas palavras, como «Descobrimientos» ou «Expansão», extinguirá a memória do colonialismo? Do meu ponto de vista, e como costume dizer, só a ciência é revolucionária. Ou seja, só, neste caso, a História, como procura de interpretação rigorosa da realidade através da investigação das fontes, dissecando e contextualizando a memória e as palavras correspondentes, conseguirá determinar as razões do colonialismo e contribuir para uma verdadeira conceção de democracia. E o mesmo deve fazer a antropologia, tentando compreender no local as diversas culturas; a

sociologia, entendendo as várias sociedades existentes; a politologia, detetando as várias áreas de domínio e percebendo as suas diferentes estratégias. Para não falar já das práticas políticas e culturais, que são formas fundamentais, através da ação, para liquidar o que resta ou o que vai reaparecendo como consequência do colonialismo

Na minha Faculdade de Letras persistiu até há bem pouco tempo um Instituto de História da Expansão Ultramarina. Nada tive contra essa designação desde que convenientemente dissecada, mas sempre propus – aliás sem sucesso – que se lhe juntasse a História da Colonização, do Colonialismo, do Anti-Colonialismo e dos Países Ex-Colonizados.

É neste contexto que orientei ou acompanhei algumas teses e trabalhos de fim de curso, como as dissertações sobre Amílcar Cabral e sobre o PAIGC, ou, nos antípodas, sobre a propaganda colonial do chamado «Estado Novo», que de resto prolonga a propaganda da nossa Primeira República, que era também (como não podia deixar de ser no segundo e no terceiro decénios do século XX) colonialista ou colonial. Daí ter surgido a tese de José Luís Lima Garcia sobre o tema e, no seu âmbito, sobre a Agência Geral das Colónias, que cosmeticamente se transforma, a partir dos anos 50, em Agência Geral do Ultramar. É um tema que o autor começou a estudar no fim do século passado e de que deu a conhecer com maior extensão e profundidade em 2012 no seu doutoramento.

Finalmente realiza aqui e agora a sua publicação em papel, que é a forma como se pode tornar mais conhecida ou, pelo menos, mais resistente ao tempo. Será afinal mais um contributo para conhecer o colonialismo e a realização da ideia de «Império», conceito que se trivializou até em nomes comuns de várias empresas. Essa ideia de «Império Colonial» supõe o vasto território que vai de África a Timor e o período que se estende de 1924 a 1974, mesmo que a partir dos anos 50 se iniciasse o processo cosmético de chamar a cada uma das possessões (tão diferentes...) «Províncias Ultramarinas» e não «Colónias» e se fossem extinguindo as leis do «indigenato».

A propaganda de cunho colonialista aqui estudada revelará a manifestação, com várias tonalidades, da frase de Salazar: «Nós cremos que há raças, decadentes ou atrasadas, como se queira, em relação às quais perfilhámos o dever de chamá-las à civilização...» (*A Atmosfera mundial e os problemas nacionais*, discurso proferido em 1 de novembro de 1957, ao microfone da Emissora Nacional, *Discursos*, V, p. 427). E o algo idêntico sucederá, embora num contexto de fim de guerra e de tentativa de desenvolvimento acelerado, com o «Estado Social» de Marcello Caetano, o que de resto vem na sequência da sua conceção inicial, jurídica e administrativista, de defender o «indigenato», justificando-o com a diferença das culturas autóctones, enquanto a miscigenação se ia verificando naturalmente.

Sem este tipo de estudos não é, portanto, possível compreender o colonialismo, como sem outros estudos não é possível entender o anti-colonialismo, nem os países

ex-colonizados, bem distintos uns dos outros. E só eles podem levar a entender o sentido civilizacional que também está para além do colonialismo, porque, se houve valores que os colonizadores exportaram, alguns fundamentais, como a língua, também importaram outros que fazem parte integrante da nossa memória e dos nossos costumes. Só deste modo se entenderá que há aspetos que devemos ter em conta e valorizar nas várias culturas dos povos colonizados, repudiando o que se chamou abusiva e autoritariamente de «atrasado» e jamais tendo, assim, a ideia de que há civilizações superiores. E só desta forma poderemos compreender e contribuir para a igualdade que supõe a democracia, sobretudo aquela que hoje é tão esquecida e que me atrevo a adjetivar de «democracia social», em vez da mais correntemente usada ideia de «democracia liberal». A Democracia já tem de supor, implícita e necessariamente, a defesa da liberdade, mas também da igualdade, que o neoliberalismo capitalista acaba, de um modo ou de outro, por repudiar ou, pelo menos, por esquecer.

Mas, com esta mensagem positiva, mesmo otimista, não nos esquecemos que o colonialismo ou qualquer outro tipo de «império» resulta do domínio do homem (mais fraco e considerado «bárbaro», selvagem ou «pagão») pelo homem (que se considera mais forte, mais «civilizado» ou «crente»), do mais pobre pelo mais rico, do trabalho (e, hoje e sempre, do «desemprego» ou «sub-emprego») pelo capital (constantemente reinventado), que sempre se prolongarão para além das aparências e das palavras de «democracia» ou mesmo de «democracia popular» ou do «populismo» que hoje adquire, infelizmente, um particular significado.

Coimbra, 26 de dezembro de 2021

Luís Reis Torgal

INTRODUÇÃO

Ao abordarmos a temática a que nos propusemos sobre a ideologia e a propaganda do Império português, nos primórdios do século XX (1924-1974), através do estudo de uma instituição, a Agência Geral das Colónias/Agência Geral do Ultramar, ocorre-nos formular algumas questões de âmbito metodológico. Parafraçando Quivy e Campenhoudt sobre o propósito de uma investigação em Ciências Sociais, teremos de confirmar «... se os resultados observados correspondem aos resultados esperados pela hipótese»¹ ou se é necessário reformular a pesquisa e enunciar outros pressupostos. Como início desta indagação sobre a promoção colonial, deveríamos poder enunciar várias hipóteses relacionadas com esta problemática que, só após o 25 de Abril de 1974, uma plêiade de novos estudiosos puderam estudar assuntos até ali considerados interditos. Será oportuno colocarmos algumas questões sobre o papel desempenhado por uma instituição de propaganda portuguesa durante meio século e se essa mesma atuação ajudara a estratégia de vulgarização imperial no século XX. Em caso afirmativo, quais foram as cambiantes entre a política imperial do final da Primeira República e a do Estado Novo? Por que motivo, mesmo durante a vigência do Estado Novo, o regime de Salazar adotou várias medidas de retificação da sua política ultramarina?

Deste modo, o conteúdo da nossa investigação vai centrar-se na abordagem da propaganda veiculada por uma instituição estatal, durante o meio século da sua existência, a Agência Geral das Colónias/Ultramar. Segundo Ricardo Chueca, a evolução e a consolidação dos regimes nacionalistas só poderia acabar num regime apoteótico de índole imperial². Ao definir desta maneira o conceito de «Império», como uma «hierarquia suprema da nação», este investigador considerava o potencial dos regimes autoritários numa força centrípeta que subjugava os localismos provindos das regiões mais

¹ Raymond Quivy e Luc Van Campenhoudt, «Análise das Informações» in *Manual de Investigação em Ciências Sociais*, Lisboa, Gradiva Publicações, 1992, p. 211. A 5.ª edição desta obra, sob responsabilidade da mesma editora, saiu para o mercado português no ano de 2008, num volume com 284 pp.

² Ricardo Chueca, *El Fascismo en los comienzos del régimen de Franco*, Madrid, Centro de Investigaciones Sociológicas, 1983, 548 pp., especialmente pp. 43 e ss.

diversas³, tal como acontecera em Portugal com a implantação dos regimes da Ditadura Militar e do Estado Novo.

Sobre o plano do trabalho, salientaremos as razões porque dividimos a temática principal sobre o Império lusitano, nos primórdios do século XX, em duas partes distintas: uma primeira relacionada com a ideia de Império nas principais metrópoles colonizadoras (França, Grã-Bretanha e Itália) e com a ideia de Império ao longo dos regimes portugueses das primeiras décadas do século XX (República, Ditadura Militar e Estado Novo), onde integramos a Agência Geral das Colónias/Ultramar, fazendo a análise dos periódicos que versavam essa idiosincrasia. Numa segunda parte, com várias questões sobre o principal órgão de difusão da Agência, o *Boletim Geral das Colónias/Boletim Geral do Ultramar*, designadamente a história, as temáticas, os autores e o Império no registo oficial.

No respeitante à utilização de fontes primárias nesta pesquisa, os documentos estudados provêm sobretudo dos arquivos Histórico Ultramarino e do acervo particular de Armino Monteiro. Neste âmbito, será crucial afirmar que a investigação arquivística em Portugal sobre o Estado Novo e outros períodos da história recente peca pela dificuldade de acesso às instituições responsáveis pela conservação desses documentos, seja porque muitos dos manuscritos se encontram dispersos por arquivos e bibliotecas, com o inconveniente de muitos dos acervos continuarem por inventariar e catalogar, seja porque a «espada» de interdição de consulta continua a recair sobre certos documentos, que já ultrapassaram a lei da inacessibilidade. Quanto ao espólio da Agência Geral das Colónias/Ultramar, a maior parte da sua documentação após abril de 1974 foi levada para armazéns situados na periferia de Lisboa, nomeadamente em Almada, Loures e Queluz, tendo apenas transitado na íntegra para o Arquivo Histórico Ultramarino a biblioteca e alguma documentação avulsa. Para o Palácio Foz, antiga sede do Secretariado Nacional de Informação, passou apenas a documentação iconográfica. Quanto à documentação impressa, a mais utilizada provém essencialmente de bibliotecas e de instituições públicas, para onde a Agência fazia encaminhar gratuitamente o seu periódico e outras publicações de propaganda entretanto editadas. No caso das instituições metropolitanas para as quais eram enviadas estas obras, destacaram-se as bibliotecas das Escolas Secundárias e do Magistério Primário, e das Faculdades das principais Universidades. Foi, aliás, na biblioteca do antigo *Liceu Afonso de Albuquerque* da Guarda que encontramos disponível muita da bibliografia sobre as Colónias/Ultramar, o que em termos de investigação tornou o nosso trabalho muito mais facilitado.

Um outro aspeto que condicionou a realização desta investigação foi a quase inexistência de trabalhos sobre a ideologia colonial, nomeadamente sobre a Agência Geral das Colónias/Ultramar, produzidos pelos historiadores da área Contemporânea.

³ Fernández Cuesta citado por Ricardo Chueca, *Ibidem*, p. 46.

Algumas exceções ao que acima afirmámos são os trabalhos de Valentim Alexandre⁴ que, partindo da análise da ideologia oitocentista, se debruçou sobre a questão colonial na implantação do Estado Novo. Também, João Carlos Paulo escreveu sobre a cultura colonial⁵, referindo-se especialmente num dos escritos à Agência Geral das Colónias, numa síntese sobre o papel que a mesma desempenhou «na construção e difusão das imagens e dos sentidos ideológicos do Império»⁶. Necessário será ainda referir o trabalho pioneiro de Ângela Guimarães sobre a Sociedade de Geografia de Lisboa⁷, baseado em material produzido por esta instituição a partir do terceiro quartel do século XIX, constituído especialmente por atas de sessões, boletins e separatas que ao todo, segundo esta investigadora, formava um conjunto de 16.000 páginas de documentos impressos⁸. A obra em questão baseou-se numa análise sócio-económica do colonialismo português da segunda metade do século XIX e pretendeu reagir contra certos preconceitos instalados na historiografia internacional quanto ao facto do imperialismo luso ser caracterizado por uma sequência de atos desorganizados «numa atmosfera dormente e arcaica»⁹.

No seguimento desta ideia, R. J. Hammond, num livro sobre o colonialismo em África¹⁰, salientava que foram fatores de pendor histórico que marcaram a presença de Portugal nos trópicos e não os puramente economicistas. No reforço desta perspetiva, da inexistência de causas económicas no desenvolvimento do Ultramar no século XIX, se caracterizou a perspetiva de José Capela, mormente quando desvalorizou o papel da burguesia industrial nesse contexto¹¹. Fazendo a síntese entre estas interpretações, Valentim Alexandre é de opinião que a expansão portuguesa em África deverá ser vista

⁴De Valentim Alexandre, entre outras, as seguintes obras: *Origens do Colonialismo Português Moderno – 1822-1891*, Lisboa, Sá da Costa Editora, 1979, 219 pp; *História da Expansão Portuguesa* (Em Colaboração sob a Direcção de Francisco Bethencourt e Kirti Chaudhuri), Lisboa, Círculo de Leitores, Volume 4 (Do Brasil para África – 1808-1930), 1998, 568 pp; *Velho Brasil, Novas Áfricas – Portugal e o Império (1808-1975)*, Porto, Edições Afrontamento, 2000, 248 pp; *O Império Africano – Séculos XIX e XX* (Coordenação Valentim Alexandre), Lisboa, Edições Colibri, 2000, 195 pp; *A Questão Colonial no Parlamento – 1821 – 1910*, Lisboa, Editorial D. Quixote, Volume I, 2008, 207 pp.

⁵João Carlos Paulo, «Cultura e Ideologia Colonial» in *O Império Africano – 1890-1930*, (coordenação de Joel Serrão e Oliveira Marques), Lisboa, Editorial Estampa, 2001, 863 pp, especialmente pp. 30-94.

⁶João Carlos Paulo, «Agência Geral das Colónias/Ultramar» in Fernando Rosas e J. M. Brandão de Brito, *Dicionário de História do Estado Novo*, 2 volumes, Lisboa, Círculo de Leitores, 1996, Volume 1, pp. 23-24.

⁷Ângela Guimarães, *Uma Corrente do Colonialismo Português: a Sociedade de Geografia de Lisboa: 1875-1895*, Lisboa, Livros Horizonte, 1984, 232 pp.

⁸*Idem*, «Bibliografia», *Ibidem*, p. 229.

⁹*Idem*, «Apresentação», *Ibidem*, p. 10.

¹⁰R. J. Hammond, *Portugal and Africa – 1815-1910. A study in Uneconomic Imperialism*, Stanford, Stanford University Press, 1966, 384 pp. Em 1996 o livro foi reeditado pela mesma instituição universitária de há trinta anos atrás.

¹¹José Capela, «A Navegação e a Burguesia Mercantil do Porto» in *A Burguesia Mercantil do Porto e as Colónias (1834-1900)*, Porto, Editorial Afrontamento, 1975, pp. 183-205, especialmente p. 187.

numa abordagem mais globalizante, integrando ao mesmo tempo as teses sobre agentes económicos e ideológicos num percurso em que o mito nacionalista da «herança sagrada» contribuiu decisivamente para a reivindicação do direito histórico da descoberta, mais do que o mito utilitarista do aproveitamento económico, segundo os padrões do «*eldorado*» que foi o Brasil nos séculos XVII e XVIII¹². Recentemente, em 2008, Valentim Alexandre, para o período da Monarquia Liberal, e Cândida Proença, para a Primeira República, à luz destes parâmetros analisaram a «Questão Colonial no Parlamento», a partir dos debates que os deputados travaram para preservar e melhorar esse património territorial herdado dos primórdios da Época Moderna¹³.

Mutatis mutandis, com a diferença de um século, pretendemos, com a análise que estamos a proceder, demonstrar que existiu uma linha ideológica condutora desde o início do século XIX, que se acentuou a partir de 1875, com a criação da Sociedade de Geografia de Lisboa, no colonialismo português hodierno. Esta instituição científica propugnava pela exploração das possessões ultramarinas, em nome desse direito histórico de descoberta, tendo toda a propaganda depois dessa data sido concertada numa ação pelos princípios de uma referência civilizacional nos trópicos, qual espírito de «sagrada missão». Esse espírito nacionalista de «missão» culminaria com a criação, em 1924, da Agência Geral das Colónias em pleno final da Primeira República, como ideal de preservação desses domínios descobertos pelos navegadores quinhentistas e continuado como verdade única pelo regime do Estado Novo. Como reforço dessa tese sobre a evolução estrutural do pensamento colonial português, destacou-se a obra de Cláudia Castelo «O Modo Português de Estar no Mundo». O luso-tropicalismo e a ideologia colonial portuguesa (1933-1961), publicada em 1998¹⁴.

No prefácio desta obra, Valentim Alexandre considerou que foi no último quartel do século XIX que essa ideia da preservação do mito da «herança sagrada» passou a ganhar consistência na opinião pública nacional. Depois da Segunda Guerra Mundial, com o aparecimento de uma nova política internacional favorável à descolonização e que punha em causa este dogma vindo do século XIX, o regime salazarista foi obrigado a «lavar» a face relativamente à sua anacrónica lei sobre a governação das possessões ultramarinas. Neste sentido, Cláudia Castelo concluiu, da análise que fez da utilização do luso-tropicalismo pelo Estado Novo, que esta doutrina sociológica foi intencionalmente utilizada por este regime para mudar tudo aquilo que permanecera imutável na

¹² Valentim Alexandre, «A questão colonial no Portugal...» in *O Império Africano...*, pp. 23-132, especialmente pp. 120-122.

¹³ Valentim Alexandre e Cândida Proença, *A Questão Colonial no Parlamento*, respetivamente Volumes I (1821-1910) e II (1910-1926), Lisboa, Publicações D. Quixote, 2008, respetivamente 208 pp e 488 pp.

¹⁴ Cláudia Castelo, «Prefácio», «O Modo Português de Estar no Mundo». O luso-tropicalismo e a ideologia colonial portuguesa (1933-1961), Porto, Editorial Afrontamento, 1998, pp. 5-6, especialmente p. 5.

sua administração colonial e, desta forma, iludir a opinião pública, como, aliás, ficara demonstrado pela data escolhida para a visita a Portugal de Gilberto Freyre, dois meses depois da revisão constitucional, em agosto de 1951¹⁵.

Posteriormente, as impressões desta viagem seriam passadas a escrito com o sugestivo título de *Aventura e Rotina. Sugestões de uma viagem à procura das constantes portuguesas de carácter e acção*¹⁶, procurando o livro descrever as peripécias de uma viagem para promover o património ultramarino e a miscigenação racial. Para além de mero veículo de difusão de um regime providencialista e tutelar como foi o Estado Novo, a Agência Geral das Colónias/Ultramar, especialmente na fase de arranque, entre 1924 e 1932, pretendeu através do seu periódico reproduzir alguns dos exemplos heroicos da memória coletiva oitocentista, num manancial de informação cívica que servia para formar uma elite necessária à portugalização de regiões e populações autóctones, à semelhança aliás do que acontecera com a propaganda de outras metrópoles europeias da época¹⁷. Para demonstrar como a Agência Geral das Colónias foi decisiva na projecção dessa consciência imperial, 20 anos depois da fundação desta instituição, em outubro de 1944, João de Castro Osório realçava o papel preponderante que esta instituição tivera «para a total revisão dos valores dessa época»¹⁸.

A revisão dos princípios jurídico-políticos a partir de 1951, relativamente ao regime de administração colonial por parte das instituições internacionais, mormente da ONU, no que se referia à prática da exploração laboral e à discriminação racial, levou o Estado português a proceder a alterações na Lei-Básica de 1933, em especial na substituição da terminologia referente aos territórios que até então utilizavam a denominação de «Colónias» e de «Império», para «Províncias Ultramarinas» e «Ultramar». Ainda, pelo regime do Estado Novo foi aceite a teoria sociológica do luso-tropicalismo de Gilberto Freyre como instrumento científico para fins políticos, pressuposto reforçado, a partir de 1961, com as reformas introduzidas por Adriano Moreira no ministério do Ultramar relacionadas com a maior participação dos indígenas na administração local. Mas todas estas reformas não foram suficientes para alterar o *status quo* de uma dominação fora de tempo. No princípio da década de 60, mais concretamente a 4 de fevereiro de 1961, os movimentos emancipalistas das colónias pegaram em armas para alterar pela força

¹⁵ Cláudia Castelo, "Conclusão", *Ibidem*, pp. 137-140, p. 138.

¹⁶ Gilberto Freyre, *Aventura e Rotina – Sugestões de uma viagem à procura das constantes portuguesas de carácter e acção*, Lisboa, Edições Livros do Brasil, 1954, 453 pp.

¹⁷ José Luís Lima Garcia, *A História do Boletim da Agência Geral das Colónias-Boletim Geral do Ultramar e a Propaganda Colonial: a acção do primeiro director, dr. Armando Cortesão (1924-1932)*, Guarda, Edição Policopiada, 1997, 267 pp.

¹⁸ João de Castro Osório, «A acção cultural e a obra da Agência Geral das Colónias» in *O Mundo Português – Revista de Cultura e Propaganda da Arte e Literaturas Coloniais*, n.º 130, outubro de 1944, vol. XI, pp. 375-380, especialmente p. 379.

esta «soberania retórica» do discurso salazarista de que Portugal era um Estado uno e pluricontinental, do Minho a Timor¹⁹. Nesta altura começaria também a decadência da Agência Geral do Ultramar, que culminaria com o final da publicação do seu *Boletim* no ano de 1970. Entretanto, tinha passado meio século de vigência desta Agência e 44 anos de publicação ininterrupta dos 535 números do seu órgão escrito. Como ia longe o tempo em que o republicano Bernardino Machado, com o seu fervor nacionalista, afirmava nas páginas deste mesmo periódico:

Fazer a propaganda da nossa acção colonial é propugnar a causa do grande Portugal do futuro²⁰.

A propósito desta expressão nacionalista, poder-nos-emos interrogar: seria que num período de 50 anos que durou a vigência da Agência Geral das Colónias/Ultramar o país procurara «propugnar pela causa do Portugal do futuro»? Teria sido a propaganda da nossa «ação colonial», durante o século XX, a melhor forma de projetar esse mesmo futuro? Ou, pelo contrário, a defesa da ideia de «Império», sobretudo a partir da segunda metade do século passado, era já uma causa perdida e a preservação da integridade territorial uma questão de anacronismo e desfasamento temporal de Portugal face à comunidade internacional? As respostas a estas questões serão, pois, os resultados da investigação entretanto realizada e consubstanciada nos diversos capítulos que se seguirão após esta introdução metodológica.

¹⁹ José Freire Antunes, *O Império com Pés de Barro. Colonização e Descolonização: as Ideologias em Portugal*, Lisboa, Publicações Dom Quixote, 1980, p. 61. Ainda, Amélia Neves do Souto, *Caetano e o Ocaso do Império*, Porto, Edições Afrontamento, 2007, 460 pp.

²⁰ Bernardino Machado, «Testemunhos de um ano de existência» in *Boletim da Agência Geral das Colónias*, Ano II, junho de 1926, n.º 12, p. 4.